

DOCUMENTO / MONUMENTO: OS TIPOS MATERIAIS PRODUZIDOS PELA HISTÓRIA CIENTÍFICA



Cláudio Umpierre Carlan

Universidade Federal de Alfenas (Minas Gerais) - UNIFAL -Brasil



Resumo

Este artigo tem por objetivo realizar um estudo sobre a memória coletiva, analisando também “os tipos de materiais” produzidos pela história científica. A formação da disciplina no século XIX, a ampliação da noção de documento no século XX, suas transformações. Estabelecendo, dessa forma, a relação documento / monumento.

Palavras-chave: história, documento, historiador.

Nascimento da História Científica

O século XIX é considerado para muitos intelectuais como o “Século da Ciência”. Grande parte dos padrões técnico-científicos que conhecemos nasceu nesse período, seguindo um processo epistemológico, cujo apogeu será depois da Segunda Grande Guerra. A História, como ciência, também seguiu essa linha.

O modelo utilizado para legitimar a existência das chamadas “disciplinas científicas” foi a rigidez do sistema newtoniano. O historiador alemão Leopold Von Ranke (1795 – 1886) lança os métodos básicos para a tão sonhada “História Científica”. Para isso, Ranke se preocupou em identificar as fontes primárias, realizando, em cima dessas fontes, sua análise histórica. O intelectual alemão utilizou desse recurso para escrever sua obra sobre os papas.

Para os historiadores do século XIX, as fontes primárias seriam apenas documentos escritos. Esses documentos “falariam por si só”, caberia ao historiador apenas reproduzir esses fatos. Nascia assim o historicismo alemão, influenciado diretamente pelo Romantismo.

O Romantismo e o Medievalismo

A obra que deu origem ao movimento romântico foi *Ivanhoé*, de Sir Walter Scott. A história passa durante a Idade Média, no reinado de Ricardo I ou Ricardo, Coração de Leão. O moderno e o antigo duelam nesse livro. A outrora grandiosa nobreza saxã, representada por

Ivanhoé e Ricardo I, lutam contra uma nova ordem imposta pelo meio-irmão do rei, príncipe João-sem-terra e pela nobreza normanda que, desde a batalha de Hasting (1066), ganha por Guilherme, o conquistador, futuro Guilherme I, dominam a Inglaterra. A rivalidade França (normandos, originários da atual Normandia) e Inglaterra (saxões) são o pano de fundo para duelos, torneios e conquistas amorosas. Na década de 1950, Robert Taylor e Joan Fontaine fizeram o par romântico do filme *Ivanhoé, o vingador do rei*, tendo uma jovem Elizabeth Taylor, então com 17 anos, no papel secundário e o ator inglês Georges Sanders como Sir Guy, cavaleiro normando e rival de Ivanhoé. Na década de 1960, a televisão inglesa realizou uma série com o mesmo título, estrelada pelo futuro James Bond, Roger Moore.

Não apenas na Literatura ou na História o romantismo esteve presente. Na música Beethoven, Chopin, Grieg, Brahms, Mendelssohn, Tchaikovsky, Liszt são alguns dos principais representantes. Na ópera podemos destacar Verdi, Puccini e Wagner.

O tão contestado Richard Wagner, contestado pelo seu questionável antissemitismo (ainda hoje muito discutível) e não pela sua música, busca nas lendas medievais do povo alemão os temas para suas mais notáveis óperas. *Parsival*, cavaleiro do rei Arthur que encontra o Santo Graal (baseado no círculo arturniano e na obra do cavaleiro templário do século XIII, Wolfram von Eschenbach), mas principalmente a tetralogia *O Anel do Nibelungo* (inspirou o *Senhor dos Anéis* de Tolkien e o desenho animado *os Cavaleiros do Zodíaco*) representam a importância de uma História Científica para formação da nação. Algo que Varnhagen fez com a *História Geral do Brasil*. Formar a Nação através de um passado histórico grandioso (paz no futuro e glória no passado).

Apesar de duramente criticados, com certa razão, os historicistas iniciaram um processo sem fim. Trabalharam com uma série de documentos que, infelizmente, não chegaram até os dias atuais. Os achados arqueológicos de Schilemman (Tróia) desapareceram depois da invasão soviética (Berlim, 1945) como os manuscritos maias “sumiram” do Museu de Berlim, sendo encontrados décadas mais tarde em Moscou.

Hoje vivemos algo semelhante. A invasão norte-americana ao Iraque, destruiu, e continua destruindo, o sítio arqueológico de Mossul (antiga Nínive, capital do Império Assírio, maior e um dos mais importantes sítios arqueológicos do Oriente Médio), além do saque no Museu de Bagdá. Documentos museológicos que, se não foram destruídos, estão em mãos de colecionadores particulares, ou seja, inacessíveis para nós, pobres mortais.

O século XX e a nova definição de documento

Na França, no período entre guerras, Marc Bloch (veterano da Primeira Guerra, fuzilado junto com a esposa por ordem do III Reich, durante a reública de Vicky) e seu amigo Lucien Febvre, organizam a chamada *Escola dos Annales*. Ocorre uma verdadeira revolução na maneira de analisar a ciência histórica. Os chamados “grandes homens”, generais, reis, cardeais, outrora foco principal da historiografia, ficam em um segundo plano. A História do cotidiano, dos operários, passa a vigorar.

O que ajudou em muito na construção ou, segundo o próprio Febvre, na reconstrução desse passado, foi a ampliação da noção de documento. Antes, apenas fontes escritas, agora o historiador tem uma vasta gama documental que deve, e precisa, ser interrogada.

Lucien Febvre, em sua obra *Combates pela História*, deixa-nos claro como realizar este processo:

...A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem... (FEBVRE, 1985, p.249).

Com o surgimento desses novos elementos, verdadeiros agentes históricos, esquecidos por milênios, retornam à vida. Ocorre um enriquecimento da ciência histórica, levando-nos a conhecer o dia-a-dia de uma época, de uma civilização, da qual, querendo ou não, somos herdeiros.

As civilizações antigas, tão menosprezadas no meio acadêmico brasileiro, tornam-se cada vez mais presentes. Por que estudar Antiguidade num país que não teve um contato direto com as civilizações orientais ou ocidentais? Não existem documentos, leiam-se fontes primárias, em nosso país que retratam esses povos? Qual o historiador que nunca ouviu essas críticas¹.

Esquecem da grande influência dessas civilizações na nossa sociedade contemporânea. Muitos costumes, cuja origem nem mais lembramos estão ligados diretamente a esses povos. As leis (Direito Romano), as artes, os ditados populares (provérbio latino *gustibus non est disputandum* ou gosto não se discute)², a língua (latim), a lenda da loba alimentando os

gêmeos (presente na fundação da cidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul), o noivo que carrega a noiva nos braços (alusão ao rapto das sabinas por Rômulo).

Em suma, qual a função do historiador? Esta, de fato, não é uma questão nova, mas continua válida e pouco discutida. A partir de que instrumentos, teorias e métodos os historiadores selecionam seus temas de pesquisa e fontes documentais acerca do passado? Mas qual passado? De quem? Seria aquele dos ricos e poderosos ou dos pobres e esquecidos? De uma figura mítica e imaginária construída à imagem do branco europeu?

A História constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. A metodologia seria algo prático e particular do historiador, referente à historiografia, à escrita do historiador. A metodologia, nesse caso, seria empregada para uma análise das fontes selecionadas pelo pesquisador.

Muitos pesquisadores, décadas depois, entre eles o britânico Jenkins, defendem a ideia de que História sempre vai servir a um propósito político, seja colaborar para produzir mais substâncias às ideologias, seja legitimar atores e/ou instituições, funcionando, assim, como uma espécie de força legitimadora de um poder público ou de uma doutrina social (JENKINS, 2001, p.75). O autor revela que desde os primeiros impérios, os governantes se preocuparam com os arquivos oficiais, narravam passagens do seu governo e conferiam sentido à sua existência e da coletividade, a exemplo de Hamurábi, Ramsés II, Augusto, Constantino, Carlos Magno, Luís XIV, Napoleão, personagens históricos que revelaram uma grande preocupação com os fatos narrados em seus arquivos.

A relação Documento / Monumento e a Memória Coletiva

Primeira etapa a ser realizada é uma análise prévia da documentação disponível e estabelecimento de um *corpus* documental ao qual será aplicado aquele método.

Mesmo já tendo decidido – função de características que percebe na documentação disponível pertinente às hipóteses que formulou e de que pretende obter a comparação (ou a refutação) – aplicar alguma modalidade de Análise de conteúdo, a posição do historiador diante de suas fontes é, quanto a isso, imprecisa e intuitiva de início. Ele sabe em que direção e partindo de quais perguntas se vai orientar, mas ainda ignora em que consistirá o suporte de sua análise de conteúdo – pelo menos, não o sabe necessariamente, a não ser que esteja mais ou menos repetindo, para outro caos e outro *corpus*, algum tipo de aplicação já bem conhecido e testado alhures.

Certos critérios devem ser satisfeitos para que a análise de conteúdo possa ser aplicada com sucesso. Será preciso renunciar a certas fontes: as que não formarem uma série completa para os fins da aplicação; e/ou apresentarem uma natureza pouco adequada ao método; e/ou não forem homogêneas. Com efeito, a escolha de um *corpus* documental ao qual aplicar alguma forma de análise de conteúdo passa por estes três critérios principais: 1) o *corpus* em questão deve ser completo no sentido exigido pela natureza do tema e das hipóteses; 2) deve ser uma documentação que, em seus conteúdos e em suas dimensões, justifique ser pertinente o uso da análise de conteúdo; 3) deve ser homogênea segundo princípios que se definam. Nesta fase pré-analítica, é frequente que o pesquisador hesite entre diversos conjuntos documentais, faça tentativas parciais de aplicação do método para avaliar os resultados assim obtidos e, em função destes, os que se conseguiriam com uma aplicação detalhada ou total.

Ao cabo desta primeira etapa, o pesquisador disporá então de um *corpus* documental constituído de um só documento ou, o que é mais provável, de vários: mas, no segundo caso, é preciso poder justificar o fato de considerá-los como uma espécie de supertexto suficientemente homogêneo constituído por textos individuais. Em certos casos, é possível e necessário distinguir entre o *corpus* total e o *corpus* pertinente: isto é, entre a documentação que integra o *corpus* em questão vista em sua totalidade, por um lado, e, por outro, o recorte parcial dela ao qual, devido aos contornos da pesquisa (delimitação do tema, objetivos, hipóteses).

Logo após essa etapa inicial, partiremos para o nosso objetivo principal: realizar um estudo sobre a memória coletiva, analisando também “os tipos de materiais” produzidos pela história científica. Ou seja, a relação documento / monumento. Le Goff (1984) deixa bem clara a importância de cada um deles: “Os materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador”(LE GOFF, 1984, p.95). Cabe ao historiador identificar e definir as suas fontes, pois o documento não é inócuo é, segundo o próprio Le Goff, “...uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produziram...esforço para as sociedades históricas para impor ao futuro...determinada imagem de si próprias...” (LE GOFF, 1984, p.103). É necessário haver uma interdisciplinaridade para ser realizada uma desmontagem da ambivalência documento/monumento, através do próprio ambiente que o produziu, auxiliado pela arqueologia, e não baseado em uma única crítica histórica.

Consideramos o processo de construção do conhecimento histórico exatamente como uma construção. Não estamos buscando nenhuma verdade oculta ou algum fato desconhecido capaz de alterar o sentido da história até então conhecido. Também não nos propomos a construir um sentido mais próximo à realidade dos fatos do que os já instituídos. Mas é necessário ressaltar que a visão processual acaba por estabelecer um certo monopólio de sentido e, qualquer que seja o caminho trilhado dentro dessa perspectiva, iguala-se ao que se deseja opor em princípio.

Tentando dar um novo enfoque a esta visão estática e monolítica da construção histórica, pretendemos inserir o nosso trabalho dentro de uma concepção que abandone o determinismo, atingindo assim o movimento inerente ao desdobramento dos acontecimentos históricos. O que temos em vista é desvendar o campo de possibilidades e não as relações de determinação. O importante é ter em mente que o resgate do fato histórico deve se dar de forma a extrair dele os mais diversos sentidos. Sem dúvida, neste processo de construção está embutido um diálogo entre o historiador e o conjunto de valores da época que é objeto de estudo. Como, por exemplo, os paradigmas historiográficos adotados por Le Goff (1984), ao analisar as necessidades de interpretar os símbolos utilizados por Constantino para justificar o seu poder. Ele não se utilizou apenas de fontes manuscritas, mas ampliou o leque empregando documentações não escritas, como ícones da numismática, possibilitando-nos, portanto, explorar um grande filão, e avaliando a viabilidade do nosso trabalho.

Também Duby, no seu artigo “História social e ideologia das sociedades”, demonstra que o sistema ideológico está sempre atrelado a ideia de representação que se pretende, globalizante, deformante, concorrente e estabilizadora.

O dever do historiador é ampliar a noção de documento: “O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado - sempre que a história quantitativa é possível e pertinente - em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica”(LE GOFF, 1984, p.104).

Inicialmente existia um peso muito grande dado pela Escola Positivista ao documento escrito, que passa a se modificar a partir da Escola dos Annales. Antes era apenas o documento manuscrito, hoje a ideia foi ampliada: “Se a concepção do documento não se modificava, o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se. Em princípio, o documento era sobretudo o texto”(LE GOFF, 1984, p. 539).

Havia a preocupação com a procura da autenticidade e esta ideia vai ser alterada a partir de Paul Zumthor que traz uma nova visão para a relação documento/ monumento. Zumthor identificou o que transformou documento em monumento, “a sua utilização pelo poder”(LE GOFF, 1984, p. 545).

Ao desmontar as condições de produção documento/monumento nas representações ideológicas na Castela Medieval, Soria (1993) acrescenta que as cerimônias do poder são únicas, e não repetitivas, não se tratando de um discurso vazio, pois em cada leitura há uma diferente visão. A cerimônia política torna-se mais forte que a retórica escrita, na própria legitimação do poder o ritual está presente.

Em efeito, ritos e cerimônias políticas contribuem a estabelecer, confirmar e, às vezes, a transformar as relações de poder existente entre aqueles que protagonizam, porém em níveis distintos, tais acontecimentos, em definitiva, entre os governantes e os governados, por que é possível desvendar, através do estudo dos rituais e cerimoniais, implicações políticas e sociais que caso haviam sido inapreciadas sem ter em conta esse tipo de informação, contribuindo com isto a aumentar substancialmente seu relevo histórico (SORIA, 1993, p.16).

É através deste diálogo que procuraremos dar conta das interações políticas que se processaram entre os governantes do quarto século e os governados. Segundo Soria (1993), ocorre uma exaltação da pessoa, representada pelo monarca, como da própria política real (SORIA, 1993, p.17), mas que varia nos diversos níveis da estrutura social.

O homem, durante a sua passagem pelo planeta, desenvolve diversas formas simbólicas, tanto artística quanto linguística, expressa pela sua consciência. Com isto, podemos afirmar que: “...os símbolos políticos são definidos como símbolos que funcionam até um ponto significativo na prática do poder” (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987, p. 1115).

Essas práticas do poder - e seus simbolismos - atuam, de uma maneira direta ou não, através de questões ideológicas. E, em toda uma sociedade, através das ideias da classe dominante, predominam, oralmente ou escrita. Cardoso diz que “...é de especial interesse e bem esclarecedor o estudo dos mecanismos que asseguram e reproduzem a hegemonia ideológica...” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p.397). Segundo o autor, a história política consiste: “...estudar, para qualquer corte do objeto social, como o poder é buscado, exercido, desafiado, abusado e negado” (CARDOSO, 1997, p. 138) utilizando para isso os mais variados materiais documentais.

Toda a ideologia, como um conjunto de ideias que representam uma época, que “pretende explicar os fenômenos sociais complexos, como as escolhas sociopolíticas que

apresentam a indivíduos e grupos” (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987, p.570), exerce uma atividade filosófica, científica, na formação desses pensamentos e na relação homem/meio ambiente.

A memória em si, ligada à aprendizagem, ou a uma função e experiência aprendida no passado, faz parte de uma preocupação básica com a sociedade. As exigências da vida em grupo resultam frequentemente na modelagem da memória através da repressão, do enfoque em certas esferas de interesse. Leroi-Gourhan nos fala que “memória é entendida,(...) em sentido muito lato. Não é uma propriedade da inteligência, mas a base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações dos atos” (LE GOFF, 1984, p. 12). Quanto a isto podemos destacar a memória social, na qual designa o caráter social da construção da memória humana: a associação com as questões do tempo e da história, como um meio de identificar e formar as identidades. Assim, nosso objetivo é o de realizar uma análise tanto da memória social ou coletiva, no sentido da identidade dos grupos, classes, tradição histórica, como também da memória individual, na realização de um fato social. Existindo desta forma uma relação entre memória e o documento.

Citando novamente como exemplo o nosso trabalho de doutoramento, que tem como base o sistema peirciano de Semiótica da Imagem, desenvolvido por Charles S. Peirce, levamos em conta, no mencionado processo de verificação, um contexto sociocultural e político, para entender como se dá o reconhecimento do objeto como artístico, sua transformação em símbolo, que deve muito ao lugar por ele ocupado num sistema de trocas econômicas, culturais e simbólicas. Tal método envolve um conjunto considerável de objetos no qual Duby nos aponta que “a idéia é a de lançar a História Social em uma rota de convergência de uma civilização material e de uma História da mentalidade coletiva” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979)

Ou seja, não pode haver nenhuma dissociação dos fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, para estudar todo o complexo que abrange o ser humano.

A operação central é o estabelecimento de uma grade ou rede de categorias. A partir de uma leitura prévia do *corpus* completo, com atenção voltada constantemente para o que for útil à pesquisa (delimitação do objeto, objetivos, problema formulado, hipóteses), registram-se os elementos pertinentes observáveis nele, distinguindo-os em temas ou categorias temáticas que possam, eventualmente, ser computadas e, sobretudo, que permitam comparações significativas entre os diferentes textos integrantes do *corpus* (ou, se tratar de

um só documento de ampla extensão, entre diferentes partes desse documento). Na verdade, uma análise de conteúdo valerá aquilo que valerem as categorias segundo as quais for realizada – quanto ao que tragam efetivamente à pesquisa em curso, bem como no tocante ao grau de fidelidade que observem diante dos conteúdos documentais.

Uma boa categorização tem como condição prévia *sine qua non* uma compreensão adequada dos conteúdos semânticos dos textos do *corpus*; e tal compreensão só ocorrerá se o pesquisador possuir familiaridade e informações suficientes acerca da época em estudo e de seu universo mental. A formação que representa, por exemplo, a análise de conteúdo é uma segunda leitura fundamentada em outra: uma primeira leitura ou decodificação, ou mais simples e mais básica, que depende de conhecer-se a língua e a cultura da época em que se geraram os textos. Sem esta primeira leitura feita adequadamente, as categorias escolhidas dificilmente serão pertinentes e profícuas. Tais categorias são conceitos de nível superior (secundários, “supraordenados”), enquanto os conceitos obtidos na primeira leitura ou decodificação são de nível primário: os primeiros dependem necessariamente destes, embora possam reuni-los em esquemas mais amplos.

As categorias temáticas selecionadas para a análise, estabelecidas pelo pesquisador no final de um processo às vezes longo de ensaio e erro, correções e renúncias, devem responder a quatro critérios principais: pertinência, exaustividade e objetividade.

A pertinência é dada pela medida em que as categorias escolhidas tiverem a capacidade de refletir escrupulosamente os conteúdos do *corpus* e, ao mesmo tempo, de expressar a problemática do processo de pesquisa em função do qual se aplique à análise de conteúdo.

A exaustividade das categorias se dá quando, no seu conjunto, permitam interrogar a totalidade do *corpus* (ou parte do mesmo pertinente à pesquisa). Em certos casos, não se consegue uma exaustividade completa, restando algumas categorias para acomodar porções “inclassificáveis” do mencionado *corpus*: mas estas devem ser residuais, ter dimensões reduzidas no relativo à parte do *corpus* que nelas entrem.

Considerações Finais

Muita água passou pela ponte desde a transformação, para alguns, revolução historiográfica, da Escola dos Annales de Marc Bloch e de Lucien Febvre. De lá pra cá, os historiadores passaram a questionar mais a produção historiográfica, seguiram-se uma grande leva de pesquisadores como Jacques Le Goff, Fernad Braudel, Georges Duby, Le Roy

Laudurie, Roger Chartier, Paul Vayne, Moses Finley Carlo Guinsburg, entre outros. Mas, talvez, a maior transformação foi provocada fora da História, como sugere Jenkins, ao apontar a obra do filósofo Michel Foucault.

Em sua análise acerca do poder, Michel Foucault (1979) identifica não a fonte do poder, mas a sua origem genealógica. Segundo ele, essa origem determinaria os chamados “micropoderes” presentes nas sociedades modernas. Este poder não se caracterizaria por uma noção de classe, nem se situaria unicamente nos campos da economia ou da política, e sim se estabeleceria em uma complexa rede de forças, presente em todos os aspectos da vida social. Chartier (1990) situa esta discussão em termos de *signos do poder*, isto é, uma série de monumentos, emblemas, medalhas, moedas que identificariam o Estado, com o objetivo de representar simbolicamente o seu poder.

Em suma, interpretar é inferir: uma operação lógica por meio da qual, de uma ou mais proposições – no caos presente, os dados estabelecidos ao terminar o processo da análise de conteúdo aplica ao *corpus* – se retira uma ou mais consequências que resultem necessariamente daquelas proposições. Trata-se aqui, de voltar às hipóteses para, por meio dessa inferência, avaliar até que ponto foram comprovadas. Caso uma ou mais hipóteses hajam sido, pelo contrário, refutadas pelos resultados da análise de conteúdo, será preciso verificar a razão de tal coisa ter acontecido e, conforme as circunstâncias, completar, modificar parcialmente ou substituir as hipóteses em questão; e, a seguir, recomeçar a análise ou, pelo menos, introduzir nela as consequências de tais operações.

DOCUMENT/MONUMENT: THE MATERIAL TYPES PRODUCED BY SCIENTIFIC HISTORY

Abstract

The article aims at studying collective memory, including the “material types” as produced by scientific history. It also deals with the beginning of the discipline in the 19th century, the wider definitions of document in the 20th century, their transformations. Relating document and monument.

Keywords : history, document, historian.

Notas

¹ CARLAN, Claudio Umpierre. Numismática / Documento / Arqueologia: a cultura material e o ensino da história. *Cadernos de História*, n. 12 / 13., v. 1. Uberlândia: Instituto de História / Centro de Documentação e pesquisa em História / UFU, 2004 / 2005. p. 148.

² FUNARI, Pedro Paulo A. A Renovação no Ensino da História Antiga. In: KARNAL, Leandro (org). *História em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 96.

Referências

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Os Métodos da História*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. História do Poder, história política. In: *Estudos Ibero-Americanos*. v. XXIII. n. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

CARLAN, Claudio Umpierre. Numismática / Documento / Arqueologia: a cultura material e o ensino da história. In: *Cadernos de História* n. 12 / 13. v. 1. Uberlândia: Instituto de História / Centro de Documentação e pesquisa em História / UFU, 2004 / 2005. p. 148.

CHARTIER, Roger. *História Cultural*. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2a. ed. Tradução de Leonardo Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985.

FOUCUALT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo A. A Renovação no Ensino da História Antiga. In: KARNAL, Leandro (org). *História em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 96.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica Margareth Rago. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. Memória-História. In Enciclopédia Einaudi. V.1. Verbetes “História”, “Memória”, “Documento/Monumento”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

NIETO SORIA, Jose Manuel. *Ceremonias de La Realeza. Propaganda y Legitimacion en La Castilla Trastámara*. Madrid: Editorial Nerea, 1993.

Recebido em: 16/08/2008

Aceito em: 19/03/2009

Sobre o autor: Professor – Adjunto de História Antiga da Universidade Federal de Alfenas / MG. Doutor em História Cultural pela UNICAMP. Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE – UNICAMP), Núcleo de Estudos da Antigüidade (NEA – UERJ) e ao Centro de Estudos Interdisciplinares da Antigüidade (CEIA – UFF).